

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Recebido em <u>H/O</u>2/20<u>18</u>, às <u>15.52</u>. Gigliola Ansiliero, Mat. 257129

## CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 599

00010

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 04/02/2013	, and the second	MEDIDA PROVISÓR	IA Nº 599, DE 2012	
AUTOR <b>DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO – PDT/CE</b>				N° PRONTUÁRIO
TIPO 1 ( ) SUPRESSIVA 2 ( ) SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X ) ADITIVA 5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
Dê-se nova redação ao § 6º, do art. 3º da Medida Provisória nº 599, de 2012, e, por tratar-se de assunto correlato, acrescente-se § 7º ao mesmo artigo:				
"Art. 3°				
§ 6º A prestação do auxílio financeiro de que trata esta Medida Provisória será de R\$ 8.000.000,000 (oito bilhões de reais) por ano, devendo tal valor ser distribuído proporcionalmente às perdas constatadas, na hipótese em que tais perdas sejam superiores ao referido montante.				
§ 7º Na hipótese a que se refere o § 6º, o valor da diferença entre o montante de R\$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais) e o valor efetivo das perdas deverá ser considerado no montante do auxílio financeiro do exercício seguinte".				
JUSTIFICAÇÃO				
A redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao ICMS é uma iniciativa do Poder Executivo da União, via projeto de resolução do Senado Federal, implicando perda de arrecadação de Estados, DF e Municípios, e, desse modo, entendemos seja uma obrigação a compensação integral do valor dessas perdas.				
Estamos propondo, pois, que o valor de R\$ 8 bilhões para a prestação do auxílio financeiro de que trata a MP não seja um limite, mas uma previsão.				
Assim, no caso de o valor efetivo das perdas superar o montante de R\$ 8 bilhões em determinado ano, a diferença deverá ser compensada no exercício seguinte.				
	<u> </u>	ASSINATURA	<u> </u>	